

**INFORMATIVO I****DE ADEQUAÇÃO E COMPATIBILIDADE  
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA Nº 279/2025****TEOR DA SOLICITAÇÃO:**

**Informações acerca da adequação e compatibilidade orçamentária e financeira do (a) PROJETO DE LEI Nº 3.041/2023, em atendimento ao disposto na Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação nº 1/2015.**

**SOLICITANTE:**

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

**AUTOR:**

Ferdinando Cota Pacheco Junior  
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira  
da Área Educação, Cultura, Esporte, C&T,  
Comunicações, Infraestrutura e Minas e Energia

## 2. ANÁLISE

---

O presente projeto cria um Programa Educacional que envolve ações e estratégias com escopo parecido aos existentes em outras Políticas e Programas ativos do Governo Federal — como o Busca Ativa Escolar (que também envolve aluno e família), o Programa Saúde na Escola (guarda-chuva para ações de apoio psicossocial na comunidade escolar), a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Escolas (também envolvendo aluno e família), além de programas estaduais e locais. O mero aproveitamento e sinergia desses programas já existentes, através de metas e objetivos e estratégias não geraria impacto orçamentário-financeiro, mas o projeto vai além desse âmbito, criando ações que resultariam em despesa obrigatória de caráter continuada. Em outras palavras, há impacto, não sendo satisfeitos os requisitos legais aplicáveis ao caso. O substitutivo adotado pela Comissão de Educação, por sua vez, contém dispositivos similares, além de incluir previsão de bolsa de incentivo à permanência de estudantes na escola (algo similar ao programa Federal Pé de Meia), o que igualmente gera impacto sobre o orçamento federal, sem cumprimento dos requisitos legais.

Tanto o PL 3041/2023 quanto seu substitutivo na forma originalmente apresentada na Comissão de Educação apresentam impacto orçamentário-financeiro. Por outro lado, as subemendas apresentadas pela CFT ao Substitutivo Adotado pela Comissão de Educação retiram o impacto deste.

## 3. DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

---

Os Arts. 14 e 15 e 17 da LRF; art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Súmula nº 1/08-CFT, da Comissão de Finanças e Tributação.

#### 4. RESUMO

---

Tanto o PL 3041/2023 quanto seu substitutivo na forma originalmente apresentada na Comissão de Educação apresentam impacto orçamentário-financeiro, sem, contudo, cumprir requisitos legais incidentes no caso. Por outro lado, com as subemendas propostas pela CFT, o impacto do substitutivo resta anulado.

Brasília-DF, 7 de dezembro de 2025.

FERDINANDO COTA PACHECO JUNIOR  
CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA